



A Tribuna
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

Exército enfrenta mosquito, em Guarujá

DA REDAÇÃO

O Exército já está nas ruas de Guarujá, desde o último dia 6, atuando em conjunto com os agentes municipais no combate à dengue. Ontem, os soldados visitaram as residências do Bairro Santo Antônio.

Trinta homens do Forte dos Andradas foram treinados para atuar no controle de criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da doença. Desse efetivo, 16 soldados, em conjunto com agentes municipais, percorreram o bairro. O trabalho continuará nas próximas duas semanas.

Durante o treinamento realizado com os supervisores de Controle da Dengue de Guarujá, os soldados receberam instruções teóricas e práticas quanto ao controle de criadouros do inseto. Os homens percorreram 300 imóveis, em quatro dias, acompanhados de agentes municipais, para identificar as larvas do *Aedes aegypti*.

O Controle de Dengue do Município diz que a população tem colaborado com os agentes e o Exército. O apoio das Forças Armadas em Guarujá partiu de uma série de

Estratégia

Vitorias em casas, terrenos baldios, comércios, borracharias, desmanches, marinas, estaleiros, escolas, unidades de saúde, creches e telagem de caixa d'água

reuniões da Secretaria Municipal de Saúde com entidades da Cidade, como o Conselho de Segurança (Conseg) de Vicente de Carvalho e Sociedade Amigos do Forte dos Andradas.

O serviço do Exército será executado até o final de maio. Segundo o capitão Matheus Barbosa, os 30 soldados atuarão como agente municipal de saúde. "É importante que as pessoas abram suas residências para as vistorias", ressaltou o capitão.

O combate à dengue em Guarujá é feito por 111 agentes municipais, 20 agentes da Fundação Nacional da Saúde (Funasa - Governo Federal) e 135 agentes comunitários de saúde.



A Tribuna
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

Câmara de Guarujá não vota há três semanas

Polêmica envolve os convênios

TADEU FERREIRA JR.
DA REDAÇÃO

Por conta de interpretação jurídica, a Câmara de Guarujá não vota um projeto sequer há três semanas. Nesse período, a segunda parte do expediente dos vereadores - onde ocorreriam as votações - mal se inicia e já se encerra.

O motivo: dois projetos de lei do Executivo que pedem autorização para a celebração de convênios com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Secretaria de Estado da Educação. Os vereadores entendem que estão impedidos de votar qualquer projeto referente a convênios autorizativos e, consequentemente, qualquer outro.

Isso porque a Prefeitura conquistou uma liminar (decisão judicial provisória, em Ação Direta de Inconstitucionalidade - Adin) no final de dezembro. A ação declarou inconstitucional o inciso 15 do artigo 14 da Lei Orgânica do Município (LOM), que versa sobre a neces-

Descontentes

Hoje, a bancada de oposição à prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB) tem nove dos 15 vereadores do Legislativo: quatro do PDT; dois do PP; dois do PT e um do PSDC.

sidade de autorização da Câmara para o Executivo celebrar qualquer convênio.

Ou seja, depender de autorização dos legisladores para celebrar convênios seria ilegal. O desembargador Armando Toledo, do Tribunal de Justiça (TJ), que assinou a liminar, argumentou que o artigo afronta a Constituição Estadual.

ONÓ

O problema é o fato de haver outro dispositivo, no Regimento Interno da Câmara, que obriga os vereadores a dar priorida-



Legisladores alegam que se votarem dois projetos de interesse do Execu

de à votação dos convênios antes de qualquer outro projeto. Todavia, mesmo de posse da liminar, o Executivo enviou aos parlamentares pedidos de autorização para firmar dois convênios.

Como a Câmara entende que se votar desrespeitará uma decisão judicial, há três semanas nada é votado.

"Estamos tentando derrubar a liminar, mas até agora não obtivemos sucesso", justificou o presidente do Legislativo, José Carlos Rodriguez. Segundo ele, outro remédio jurídico seria a votação da Adin, que deci-

diria a questão de uma vez por todas, deixando claro se os convênios têm ou não de passar pela Câmara.

Outra saída, segundo ele, seria a prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB) pedir a retirada dos convênios da pauta.

ANOMALIA

Um dos opositores do Governo, o petista Luís Carlos Romazzini, que é advogado, teceu duras críticas ao imbróglio. "O jurídico meteu a prefeita neste atoleiro. A Câmara está se curvando. Esta situação é anômala, vergonhosa", definiu.

Em defesa da prefeita, o líder do Governo, Cândido Garcia Alonso (PMDB), justificou que tudo é questão de interpretação. "Não é obrigatório o Executivo mandar para a Câmara todos os contratos ou convênios que serão firmados".

"Entretanto, quando o convênio é uma instância estadual ou federal, e esta exige que a Câmara se pronuncie, então não depende da vontade do Executivo. Aí é que se instala a polêmica", concluiu.



A Tribuna
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

Circular causa desgaste entre os dois poderes

Outro episódio polêmico colabora para o desgaste da relação entre Executivo e Legislativo: a restrição do direito dos vereadores de ingresso em qualquer repartição pública “ainda que seu objeto seja de averiguar a melhor versação do bem público, uma vez que tal conduta enseja ingerência arbitrária do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo”.

O trecho consta de uma circular assinada pela prefeita em 25 de fevereiro último, avocando o Artigo 33 da Lei Orgânica do Município. O artigo resguarda o direito a vistorias em repartições às Comissões Especiais de Inquérito (CEIs). Na prática, vereador só poderá vistoriar repartições se integrar comissão investigativa.

Pelo menos os vereadores Luis Carlos Romazzini (PT) e

Gilberto Benzi (PDT) questionaram o ato. Eles alegam que o livre acesso de legisladores nas repartições públicas sempre foi franqueado. O petista chegou a apresentar moção de repúdio.

O líder da prefeita na Câmara, mais uma vez, tentou amainar os ânimos. “Eu entro normalmente no teatro, no Paço ou numa escola. Agora, o que eu não posso é, ao arrepio da lei, entrar e ficar cobrando funcionários só por ser vereador”, afirmou Cândido, sem confirmar se é de fato o que estava ocorrendo na Cidade.

DUELO?

Após o episódio, o mal-estar entre os poderes aumentou. Porém, o presidente da Câmara evitou falar em clima de duelo entre ambos.



A Tribuna
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

Polícia Ambiental flagra rinha de galos

Pintor mantinha 35 aves em sua casa, em Vicente de Carvalho

EDUARDO VELOZO FUCCIA
DA REDAÇÃO

Uma chácara na área continental de Santos, junto à natureza e próximo à Serra do Mar, é a nova morada de 35 galos que foram encontrados em uma rinha estourada pela Polícia Ambiental, em Vicente de Carvalho, no final da tarde de terça-feira.

A rinha funcionava no quintal da casa da Rua Projetada B, 50, no Pae Cará. Morador do local, o pintor Domingos Bento da Silva, de 49 anos, chegou ao imóvel enquanto os policiais o vistoriavam, sendo detido e encaminhado ao 1º DP de Guarujá.

O delegado Sérgio Lemos Nassur elaborou termo circunstanciado (TC) versando sobre a prática de abuso contra animal. Esse delito está previsto

Informação

Foi por intermédio de uma denúncia anônima, feita por telefone, que os policiais tomaram conhecimento do abuso que era praticado contra as aves

na Lei de Crimes Ambientais e, por ser considerado infração de menor potencial ofensivo, não impõe prisão em flagrante e nem a instauração de inquérito policial.

Nesse caso, o responsável pela rinha terá a sua conduta apreciada diretamente pelo Juizado Especial Criminal (Jecrim), ficando sujeito a pena de 3 meses a um 1 ano de detenção.

Não bastasse a punição branda, a legislação ainda permite a suspensão condicional do processo ou, na hipótese mais remota e grave de condenação, o *sursis* (suspensão condicional da pena). Em suma, ao não ser suficiente para inibir o crime, indiretamente, a lei é um incentivo à reincidência.

DENÚNCIA ANÔNIMA

Segundo o sargento Humberto Manhani, da 1ª Companhia do 3º Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb), denúncia anônima por telefone apontou a casa de Domingos como endereço de uma rinha de galos.

Checando a informação, Manhani e outros policiais militares se dirigiram à residência, sendo atendidos pelo filho do pintor. Avisado por telefone so-



Entre as aves que foram apreendidas

bre a presença dos patrulheiros, Domingos chegou ao local.

De acordo com o delegado Nassur, além dos 35 galos, diversos apetrechos próprios de rinha foram apreendidos, tais como esporas e biqueiras metálicas. Colocados nas aves, esses equipamentos potencializam os golpes nos embates entre as aves.

Continuação



A Tribuna
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

ental e galos

ente de Carvalho

Não bastasse a punição branda, a legislação ainda permite a suspensão condicional do processo ou, na hipótese mais remota e grave de condenação, o *sursis* (suspensão condicional da pena). Em suma, ao não ser suficiente para inibir o crime, indiretamente, a lei é um incentivo à reincidência.

DENÚNCIA ANÔNIMA

Segundo o sargento Humberto Manhani, da 1ª Companhia do 3º Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb), denúncia anônima por telefone apontou a casa de Domingos como endereço de uma rinha de galos.

Checando a informação, Manhani e outros policiais militares se dirigiram à residência, sendo atendidos pelo filho do pintor. Avisado por telefone so-



EDISON BARAÇAL

Entre as aves que foram apreendidas, algumas apresentavam ferimentos típicos de confrontos em rinhas

bre a presença dos patrulheiros, Domingos chegou ao local.

De acordo com o delegado Nassur, além dos 35 galos, diversos apetrechos próprios de rinha foram apreendidos, tais como esporas e biqueiras metálicas. Colocados nas aves, esses equipamentos potencializam os golpes nos embates entre as aves.

Três dos galos apresentavam ferimentos típicos de confrontos em rinhas. Essas e as demais aves foram entregues pelo delegado ao sargento Manhani, a fim de que a Polícia Ambiental providenciasse uma destinação a elas.

Ontem à tarde, após serem examinados por um veterinário

na 1ª. Cia. do 3º BPamb, os galos foram doados à Paróquia Senhor Bom Jesus. Segundo o capitão João Soares, a igreja é mantenedora de uma clínica de recuperação de dependentes químicos, que funciona em uma chácara na área continental de Santos, o novo domicílio das aves.



Diário do Litoral
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

Ditadura Guarujense

■ LUIS CARLOS ROMAZZINI
Professor e vereador em Guarujá
Colaborador

“Poemas de sonhos e de cores, um ninho de amores, és tu Guarujá”. Estas poucas palavras fazem parte da Canção do Guarujá, que eu particularmente prefiro ao hino, pois o acho mercantilista demais. Creio, também, que como em outra parte: “a gente vê tanta beleza que esquece a tristeza que a vida nos dá”. É tão descritiva a composição, que só vejo paralelo poético e musical na letra de “Meu Reino Encantado”, de Valdemar Reis e Vicente Machado, cantada por tantos sertanejos.

A contradição é o esqueleto da alma. Dizem que o sonho do oprimido é tornar-se opressor, o que não concordo. Mas, a cada por do sol, a atual administração de Guarujá faz destas palavras nua e crua realidade. Quem, no passado, bradava contra a imoralidade e contra a opressão, hoje se enlameia em

contratos duvidosos, oprime, censura e cerceia.

Primeiro proibiu-se a distribuição histórica de jornais em próprios públicos, com a desculpa de que atrapalhava o andamento dos trabalhos. Depois, jogou-se a Guarda Municipal para impedir o trabalho da imprensa, inclusive com agressões físicas que pude presenciar. Mais tarde proibiu-se que vereadores visitassem os prédios públicos e, por derradeiro, os agentes de segurança estão filmando os integrantes da imprensa quando estes estão cobrindo qualquer manifestação contra a administração.

A Prefeita foi ao Judiciário contra dispositivo da Lei Orgânica Municipal e conseguiu uma liminar que a desobriga de passar pela Câmara os convênios e os consórcios. Agora temos um impasse, vez que há três semanas nada se vota, pois o primeiro item da pauta é justamente um pedido para assinatura de convênio com prazo já expirado, que trava a pauta. Se os vereadores votarem, esta-

rão desrespeitando decisão judicial. E aí, o povo perde, a Câmara perde. Por quê isto? Para poder esconder futuros convênios e consórcios imorais.

Do ponto de vista prático, a Câmara foi ao Judiciário, para tentar derrubar a liminar. Mas, enquanto isso, nós estamos assistindo uma patacoada geral. A liderança inábil e petrificada nada lidera. A prefeita, cercada de incompetentes em seu jurídico, não tem a grandeza de voltar atrás, retirar os convênios ou desistir da ação que lhe deu a liminar. E o povo continua pagando este circo.

É hora de darmos um basta nestes aprendizes de ditadores. A Câmara tem que fazer valer sua independência e instaurar já um processo de impedimento, pois ou a prefeita recobra o juízo e a decência (embora defendamos à exaustão o respeito ao voto popular), ou sairá pela porta dos fundos, como tantos outros. Por derradeiro, termino na musicalidade de Chico Buarque: “apesar de você, amanhã vai ser outro dia, você vai se dar mal”.



Diário do Litoral
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

DL 02
QUINTA-FEIRA, 15 DE
ABRIL DE 2010
Cidades
www.diariodolitoral.com.br

Falta insulina em posto de saúde de Vicente de Carvalho

Repórter: Ana Paula Santos

Pacientes diabéticos que precisam tomar insulina diariamente em Guarujá estão sem tomar a medicação porque há mais de um mês não tem insulina na Unidade de Saúde Alberto Santos Dumont, na Rua São João, em Vicente de Carvalho.

A falta do medicamento foi denunciada pelo vereador Nelsomar Guedes Coutinho (PT) durante sessão na Câmara.

Segundo ele, a insulina Levemir é distribuída apenas para alguns pacientes que conseguiram na Justiça o direito de retirar a insulina nos postos conveniados ao Ministério Público. "Quem tem a diabetes tipo 1 precisa tomar esse tipo de insulina todos os dias, porém, mesmo com ação judicial as pessoas não conseguem retirar porque não tem a insulina no posto. Esse medicamento é muito caro, custa em torno de R\$ 100 e muitas pessoas não têm condições de comprar. Por isso, estou cobrando explicações da Prefeitura".

A dona de casa Sandra Helena P. Coutinho tem um filho que sofre de diabetes desde os nove anos de idade. Hoje, aos

Quem tem diabetes tipo 1 precisa tomar a insulina Levemir todos os dias. Falta do medicamento pode induzir o paciente ao coma



Ao saber da falta do medicamento na unidade de Saúde, o vereador Nelsomar Guedes apresentou requerimento na última terça-feira (13), pedindo esclarecimentos à Prefeitura sobre o assunto

23 anos, o rapaz precisa tomar a insulina Levemir várias vezes ao dia. "Meu filho é diabético desde

criança, quando ele ficou maior de idade, tive que entrar com uma ação para conseguir o medicamento na Justiça. Eu retiro no posto uma caixa contendo cinco ampolas que duram cerca de um mês. Mas como tem vezes que ele precisa tomar a insulina três e até quatro vezes ao dia, não dura tudo isso", contou.

Por conta da falta de medicamento, Sandra teve que comprar as ampolas. "Da primeira vez eu comprei duas ampolas por R\$ 125. Quando eu retornei ao posto para buscar a insulina, a funcionária me disse que o medicamento ainda estava em falta. Por conta disso, eu comprei mais duas ampolas por R\$ 125. A funcionária do posto ainda me disse que alguns pais já estão entrando na Justiça novamente para conseguir o medicamento".

Sandra alerta que o preço da insulina é muito caro e que muitas famílias não têm condições de comprá-las. "Essas ampolas são caras. Graças a Deus, eu tenho condições de comprar, mas tem gente que deixa de comer para comprar a medicação. Quem tem diabetes não pode ficar sem tomar essa insulina porque a glicemia (taxa

de açúcar no sangue) sobe e a pessoa pode entrar em coma. Essa questão é preocupante e a Prefeitura precisa resolver esse problema", disse Sandra.

Prefeitura

Em nota, a assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde de Guarujá informou que atualmente sete pacientes recebem por determinação judicial, o medicamento Levemir, que é destinado aos portadores de diabetes. "Em razão deste medicamento não fazer parte da relação de fornecimento da Rede Municipal da Saúde, a quantidade distribuída do produto pode ficar prejudicada, devido às variações que sofrem as prescrições médicas dos pacientes, já que não existe um número certo de medicamentos necessários a cada mês".

A pasta ainda afirmou que para corrigir essa situação, a Secretaria abriu licitação referente à aquisição deste medicamento, durante 12 meses. "Como o processo ainda está em trâmite, a Secretaria também encaminhou pedido de compra emergencial do material. De acordo com a pasta, a entrega do produto vem sendo realizada regularmente".



Diário do Litoral
Quinta-feira, 15 de Abril de 2010

GRUPE A EM GUARUJÁ

Vacina para acamados será aplicada em casa

Quem mora em Guarujá e está acamado e impossibilitado de se dirigir a um posto de vacinação para tomar a dose contra a Gripe A (H1N1) e, se for idoso, o da Gripe Comum, será cadastrado para ser imunizado em casa. A medida serve para os doentes crônicos ou idosos. Uma equipe de profissionais da rede municipal de Saúde irá até a residência do munícipe e aplicará a dose da vacina em domicílio.

Para isso, é necessário ligar para o agendamento no telefone 3308-7756, de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas, até o dia 23 de abril. A vacinação nas residências começa no dia 26.

Os pacientes acamados pelo Programa de Internação Domiciliar (PID) serão atendidos pelo próprio serviço, sem necessidade de agendamento. Já os acompanhados pelas Unidades de Saúde da Família deverão agendar em suas respectivas unidades.

GUAIÚBA

Casa de Acolhimento à Mulher será inaugurada hoje

Será inaugurada hoje, às 8h30, em Guarujá, a Casa de Acolhimento à Mulher, destinada às mulheres vítimas de violência doméstica que sofrem ameaças e apresentam risco de morte, em geral dos próprios maridos ou companheiros. A Casa de Acolhimento, que será denominada 'Artemis Hellas Moreira Vrettos' e terá sua sede no bairro do Guaiúba, constituirá um espaço onde as mulheres vitimizadas e seus filhos poderão ficar alojados transitoriamente e por um período de até 90 dias (o período de permanência poderá ser estendido, segundo critérios sociais e clínicos).

Uma vez admitida no Programa, a mulher poderá contar com atendimentos sociais diversos nas áreas de psicologia, assistência social, assessoria jurídica, qualificação profissional e outras, possibilitando a ela a chance de se tornar independente e rejeitar a condição de vítima, não se sujeitando aos abusos inomináveis sofridos por falta de recursos financeiros.